

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

Ao sexto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, reuniu no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, o Conselho Municipal de Segurança, composto pelos representantes dos respetivos membros identificados na lista anexa à presente ata e que dela faz parte integrante – Anexo I, devidamente convocados para o efeito.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira cumprimentou os Senhores Conselheiros e deu início ao CMS – Conselho Municipal de Segurança, pedindo ao Senhor Diretor Municipal da Presidência, Adolfo Sousa para ler a ata de instalação para a tomada de posse dos novos membros.

O Senhor Diretor Municipal da Presidência, Adolfo Sousa leu a ata da tomada de posse dos novos membros: "Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas, no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, a fim de serem empossados como membros do Conselho Municipal de Segurança do Porto, nos termos do disposto no artigo 4.º do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, aprovado em reunião pública do Executivo Municipal de 28 de junho de 2021 e deliberado na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 19 de julho de 2021, compareceram perante o Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho Araújo Moreira, os seguintes novos representantes: Fernando Paulo Ribeiro de Sousa, Ana Catarina da Rocha Araújo e José Carlos da Silva Coelho. O Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui de Carvalho Araújo Moreira, após ter verificado, pelo conhecimento direto e pessoal, a identidade e a legitimidade dos cidadãos presentes, declarou-os como membros do Conselho Municipal de Segurança. Para constar lavrou-se a presente ata que depois de lida e considerada conforme vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelos presentes Membros e por mim, Adolfo Sousa, que a redigi."

O Senhor Presidente deu início ao Período da Ordem de Trabalhos.

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança de 26 de março de 2021.

Aprovada, por unanimidade pelos presentes na reunião ordinária do Conselho Municipal de Segurança de 26 de março de 2021.

2. Consumo de drogas em espaço público. Estratégia de redução de riscos e de higienização de espaços no âmbito do projeto "Porto cidade sem droga".

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a CMP – Câmara Municipal do Porto tem apoiado, desde 2013, o Ministério da Administração Interna e a PSP – Polícia de Segurança Pública na redefinição das áreas e na localização das infraestruturas policiais. Acrescentou que, em 2020, a CMP forneceu 10 viaturas policiais à PSP do Porto para missões de policiamento de visibilidade e proximidade. Referiu que, fruto da publicação do Decreto-Lei n.º 13/2017, de 26 de janeiro, e após uma longa batalha dos Municípios do Porto e de Lisboa relativamente a esta matéria, a PM – Polícia Municipal assumiu a fiscalização do estacionamento irregular na Cidade do Porto, desonerando a PSP dessa tarefa, o que libertou efetivos da PSP para outras missões. Deu nota de que a CMP, através da sua PM, colabora em ações conjuntas com a PSP e colocou a PM sob o comando operacional da PSP durante o período pandémico.

Disse que a CMP constata, com manifesta preocupação, a diminuição de recursos humanos policiais e, conseqüentemente, a diminuição clara da visibilidade da polícia na rua. Sublinhou que a PM tem, atualmente, apenas 189 agentes dos 277 previstos e se nada for feito no sentido do repletamento das necessidades de recursos policiais, a PM do Porto terá apenas 40 agentes em 2027, o que a torna ineficaz.

Afirmou que a CMP está, atualmente, a finalizar a aquisição do sistema de videovigilância para a Zona 1 (Centro), prevendo-se que a entrada em funcionamento ocorra no início de 2023. Mencionou que o investimento nas 4 zonas previstas e avaliadas pela PSP é de, aproximadamente, 4 milhões de euros, valor custeado pela CMP.

Anunciou que, atendendo ao evoluir de algumas tendências criminais na Cidade do Porto, convocará proximamente o Conselho Municipal de Segurança Restrito, que tem como competência analisar e avaliar as situações de potencial impacto na segurança ou no sentimento de segurança das populações, nomeadamente as suscitadas no âmbito do Conselho. Acrescentou que compete ao Conselho Restrito participar na definição, a nível estratégico, do modelo de policiamento de proximidade a implementar no Município; compete ainda ao Conselho Restrito pronunciar-se sobre a rede de esquadras e postos territoriais das forças de segurança, sobre a criação de programas específicos relacionados com a segurança de pessoas e bens, designadamente na área de prevenção da delinquência juvenil, e sobre outras estratégias para a eliminação de fatores criminógenos.

Disse que face às preocupações demonstradas pelos elementos que constituem este CMS, entendem que a ata da presente reunião deverá ser enviada para o Senhor Ministro da Administração Interna.

Sobre o tema das drogas, referiu que é incontornável e visível, para quem frequenta o Porto, que existe uma proliferação do consumo de drogas em espaço público, que é alavancada pela proximidade de alguns *hubs* de tráfico, locais de grande mobilidade e acessibilidade.

Disse que a CMP investiu mais de 650 mil euros na construção de uma estrutura temporária de consumo vigiado com o propósito de reduzir os riscos de quem consome drogas; sinalizar e reencaminhar para as estruturas de saúde pública situações de comorbilidades ou outras de intervenção média urgência; e também diminuir a exposição pública do consumo.

Afirmou que desde novembro de 2001 que o consumo foi descriminalizado mas não penalizado, o que significa que a posse de drogas continua a ser um ato punível por lei.

Sublinhou que atualmente grassa o despudor do consumo a “céu aberto”, que desrespeita a boa ordem e a tranquilidade pública. Disse que ao incrementar o sentimento de insegurança e os consumos de droga nos espaços públicos promovem o evitamento espacial e rotulam áreas urbanas como espaços de desvio.

Disse que compreende a insatisfação e frustração de quem, mesmo não tendo nenhuma ligação às interações do tráfico e consumos de substância de adição, vê a sua rotina diária devassada pela publicidade, quase pornográfica, dos consumos.

Considerou que talvez fosse importante visitar a lei das drogas e saber se não tem cabimento para o legislador que o consumo junto de certas infraestruturas, como por exemplo das escolas, seja merecedor de forte censura jurídica.

Afirmou que é legítimo questionar a quem pertence a tutela “política” do controlo do consumo de drogas. Disse que é defendido pelos especialistas que o consumo de drogas é, em primeiro lugar, um problema de saúde pública, neste sentido impõe-se entender se as estratégias de redução de riscos deverão ser implementadas e com que abrangência.

Disse que têm particular autoridade para falar sobre este tema pois pagaram e instalaram uma sala de consumo assistido e o que verificam é que, excluindo Porto e Lisboa, os outros municípios não aderiram a esta prática. Mencionou que se verifica, atualmente, uma migração regular e permanente de toxicodependentes para a zona da Pasteleira, pois consideram que é mais fácil encontrar droga e que esta é de melhor qualidade e mais económica, e também porque existe uma resposta por parte do Município do Porto. Salientou que, infelizmente, não vê outras estruturas a atuarem no local, deu o exemplo da Segurança Social.

Pediu ao Senhor Vice-Presidente da CMP, Filipe Araújo, para fazer uma apresentação sobre a atuação da CMP no espaço público.

O Senhor Vice-Presidente da CMP, Filipe Araújo apresentou o Ponto 2) “Estratégia de redução de riscos e de higienização de espaços no âmbito do projeto “Porto cidade sem droga” (Anexo II).

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira agradeceu a apresentação feita pelo Senhor Vice-Presidente da CMP, Filipe Araújo.

Disse que, atualmente, proliferam no espaço público as seringas utilizadas com sangue, quando no passado existia um sistema de trocas de seringas, montado pelas farmácias; perguntou por que razão essa medida acabou e por que razão é que começou a ser feita a distribuição do

material sem se facilitar a recolha do mesmo. Considerou que esta foi uma péssima decisão que implica um risco para os trabalhadores que realizam o trabalho de recolha e também para as pessoas que utilizam o espaço público. Afirmou que se trata de uma situação intolerável, tem conhecimento que está criminalizado o abandono de uma seringa com sangue mas objetivamente isso não funciona.

Pedi à Senhora Vereadora Catarina Araújo para fazer uma apresentação para que os Senhores Conselheiros percebam aquilo que está a ser feito na sala de consumo assistido, que já se encontra em funcionamento.

A Senhora Vereadora Catarina Araújo fez a apresentação do Programa de Consumo Vigiado (Anexo III).

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira agradeceu a apresentação feita pela Senhora Vereadora Catarina Araújo.

Quanto à sala de consumo assistido, salientou que esta tem sido bem aceite pelos moradores da zona. Disse que, durante a fase de discussão e de implementação, receberam várias reações, formou-se uma Associação e havia quem não quisesse que a sala fosse instalada naquele local; mas desde que está a funcionar não têm tido reações adversas por parte da população da proximidade, o que considera importante salientar. Sublinhou que o trabalho de sensibilização resultou, realçando o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia

Disse que o Município tem feito o que pode no âmbito das suas competências legais, mas precisa que as outras entidades também cumpram as suas funções nomeadamente naquilo que diz respeito à proteção e segurança da população; e precisa que o combate ao tráfico seja intensificado. Lembrou que, numa últimas reuniões, deste Conselho o responsável pela PJ – Polícia Judiciária afirmou que o combate ao tráfico deixou de ser uma prioridade, o que o preocupa.

Sublinhou que, neste momento, há populações que estão sujeitas ao flagelo da droga, o que causa muita entropia na relação social inclusivamente nestes bairros, onde as pessoas estão afetadas nos seus direitos, liberdades e garantias. Afirmou que uma sociedade civilizada tem de ponderar os direitos, liberdades e garantias de todos.

O Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Cruz deu os parabéns à CMP pelo trabalho que está a ser feito pelo Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo e pela Senhora Vereadora Catarina Araújo.

Disse que a lei da descriminalização do consumo permite que as pessoas saiam de casa e vejam um toxicodependente a consumir; e promove o tráfico de droga quando permite que cada consumidor transporte doses para 10 dias. Referiu que esta situação leva os traficantes a colocarem os toxicodependentes a fazerem o seu trabalho, como se fossem empregados.

Afirmou que, com esta lei, o Governo está a promover o tráfico de droga, portanto é urgente reverter a lei da descriminalização do consumo de droga. Referiu, como exemplo, que numa rusga efetuada num bairro são detidos 16 elementos, mas apenas um ou dois são julgados e condenados. Disse que esta situação não é um combate ao tráfico, é uma promoção do tráfico. Afirmou que a Autarquia do Porto está a fazer um trabalho excelente contra um flagelo promovido pelo Governo.

Disse que o tráfico de droga está a começar a espalhar-se pela Cidade, deu o exemplo da Calçada das Virtudes, onde se verifica uma migração de pessoas dos bairros para este local, havendo sempre um traficante que leva droga aos seus "empregados".

Perguntou ao Governo e ao legislador da Assembleia da República o que será feito em relação à lei em causa, que promove o tráfico e o consumo na via pública.

O representante da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís

Grabulho disse que o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e a Senhora Vereadora Catarina Araújo deram nota do trabalho que tem sido realizado pela Câmara, que considera um trabalho exemplar; e dos recursos que têm sido alocado, muitas vezes, em áreas em que a Câmara vai muito para além daquilo a que estaria obrigada. Acrescentou que a Junta de Freguesia tem-se articulado com a Câmara e tem tido sempre uma resposta eficaz. Mencionou que também existe uma boa articulação com a PSP e com a PM, que respondem sempre aos pedidos da Junta; e a PSP e a PM têm participado em reuniões com os moradores e com as associações de moradores. Afirmou que tanto da parte da Junta de Freguesia como da parte da Câmara tem havido a maior disponibilidade para a resolução dos problemas. Disse que existe um limite no que diz respeito àquilo que vai para além das competências da CMP e da Junta de Freguesia em termos de saúde e segurança pública, sobre o qual nada podem fazer.

Afirmou que a Junta de Freguesia continua disponível para colaborar na resolução deste problema.

A representante da Administração Regional de Saúde do Norte, IP, Delfina Antunes

deu nota do seu profundo agradecimento pela coragem de se ter criado a sala de consumo vigiado, uma preocupação da ARSN anterior a 2017, que teve a oportunidade de colocar ao Dr. Pimenta Marinho, antecessor do Dr. Carlos Nunes. Disse que a sala de consumo vigiado é atualmente uma resposta consensualizada ao nível europeu para as pessoas profundamente desestruturadas e sem grande retorno em termos de reinserção e de tratamento.

Assinalou como notável a iniciativa da gestão pública dos resíduos com risco biológico.

Disse que questionou a razão da existência de tantos resíduos com risco biológico na via pública e sublinhou que a Saúde tem o programa de troca de seringas, através do qual as seringas são disponibilizadas pelas equipas de rua. Acrescentou, no entanto, que estas pessoas estão profundamente desestruturadas e acabam por considerar mais trabalhoso recorrer a uma equipa de rua para trocar a seringa.

Concordou que a colaboração da Associação Nacional de Farmácias poderá potenciar este trabalho para que a adesão seja maior e será uma via de melhorar o risco a que estão expostos os munícipes. Deu nota de que veiculará esta legítima preocupação do Município.

Disse, como representante da Saúde, que o fenómeno da droga e da intervenção não se esgota na tentativa de resolver aquilo que foi dito com a sala de consumo e com o combate ao tráfico, que, infelizmente, a legislação portuguesa facilita.

Referiu que existe uma desautorização por parte das Autoridades para impedirem o consumo na via pública, que outro dos grandes problemas.

Considerou que é preciso ir mais longe e sugeriu uma aposta em fases de vida em que ainda é possível capacitar os jovens em idade escolar a terem a capacidade de rejeitar a experientiação quando abordados pelos seus pares.

Afirmou que a Saúde Pública no Porto não tem a capacidade necessária devido à escassez de recursos, mas podem apostar na capacitação dos jovens em idade escolar, sobretudo no Ensino Básico, com ferramentas extremamente úteis, como o *Emotional Learning*, que melhoram a autoestima, a autoconfiança, o autoconhecimento e a resiliência. Sublinhou a importância da prevenção em fases mais precoces, através da capacitação, deu como exemplo o Projeto *Self It*, cuja avaliação do impacto foi extremamente positiva, com ferramentas disponíveis *on-line* que poderão ser aproveitadas pelos modelos educativos, pais e professores.

Disse que outro eixo que a Saúde não tem possibilidade de desenvolver é o *marketing*.

Referiu-se à Revista Dependências que fez uma publicação recente relativa às *Fake News* associadas ao negócio da Cannabis. Disse que quem ler essa publicação percebe que os videojogos, as mensagens partilhadas no Twitter e na Netflix ensinam a produzir Cannabis para autoconsumo e, na sua opinião, a sociedade civil deve estar atenta a este aspeto. Considerou que isto é *marketing* subliminar, ou seja, é uma forma de condicionar comportamentos, e tem de ser travado. Mencionou que a fonte deste trabalho é a Universidade Internacional de Valença e a Universidade de Vigo e contém a listagem de todos os videojogos promotores do cultivo e consumo de cannabis, a relação de séries e documentários também promotores do cultivo, do consumo e da regulação da Cannabis, ou seja, são movimentos para a liberalização das drogas que estão na retaguarda destas situações. Acrescentou que existe um conjunto de *influencers* promotores do cultivo e que passam as suas mensagens no Twitter, Facebook, entre outras plataformas.

Sublinhou que estão hoje focalizados nas pessoas que evoluíram para consumos muito problemáticos e que não conseguem sair, mas a intervenção com outras metodologias em determinados grupos etários com vários eixos de intervenção irá engrossar este fenómeno nas próximas décadas.

Agradeceu à Autarquia todo o trabalho realizado.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira concordou com a intervenção da Senhora Dr.^a Delfina Antunes, ou seja, que as políticas de prevenção se fazem na infância e adolescência.

Referiu que isto se verifica em relação ao Ambiente, pois atualmente as crianças são muito sensíveis às questões do Ambiente e até induzem bons comportamentos nos familiares.

Deu nota de que tem conversado muito com pais e professores de zonas problemáticas e estes referem que nas escolas são os filhos dos traficantes que têm os melhores bens materiais e ninguém é votado ao ostracismo. Acrescentou que, ao mesmo tempo, o consumo de drogas pesadas na via pública junto às escolas é tratado como algo normal, já ninguém é votado ao ostracismo. Disse que muitos jovens são conduzidos para se associarem à rede de distribuição, que funciona muito bem com o enquadramento legal que existe em Portugal. Acrescentou que têm conhecimento que, em bairros sociais, há pessoas da Terceira Idade que guardam, nas suas habitações, quantidades assinaláveis de droga dos traficantes por receio e por lhes ser pago o dinheiro que não recebem nas reformas.

Referiu que não basta avisar as crianças sobre os perigos das drogas, pois as crianças veem quem se dedica à droga a ser premiado e a ter acesso a bens aos quais elas não têm acesso.

Sublinhou que o combate ao tráfico tem de ser feito de uma forma muito mais incisiva, se assim não for é preciso coragem para legalizar a droga tal como fizeram com o tabaco e o álcool, que também são substâncias aditivas.

Disse que os traficantes conseguem ter uma rede de distribuição, que também é consumidora, a partir da sua casa. Afirmou que veem sinais exteriores de riqueza na Cidade, nomeadamente nos territórios já mencionados, que são absolutamente intoleráveis e incompreensíveis. Sublinhou que em qualquer outra atividade onde existisse um sinal exterior de riqueza às Finanças já tinham fiscalizado, mas ali isso não acontece.

Disse que, atualmente, as crianças são escrutinadas nas escolas relativamente a comportamentos homofóbicos ou racistas mas em relação às drogas não existe escrutínio, nem ninguém é votado ao ostracismo.

O Senhor Vereador Fernando Paulo deu nota daquela que é a estratégia municipal para a integração das pessoas em situação de sem-abrigo e do NPISA Porto que é coordenado pelo Município, que mobiliza um conjunto de recursos humanos e financeiros que possibilitam uma ajuda às situações de maior exclusão e pobreza, através de equipas de rua e equipas disciplinares, da rede de restaurantes solidários, do Centro de Acolhimento Joaquim Urbano e de todo o trabalho que é feito no sentido da integração destas pessoas.

Disse que o desenvolvimento económico das cidades acarreta aspetos de urbanidade que tanto podem potenciar a qualidade de vida das populações como podem intensificar e acentuar desigualdades sociais e tornam mais complexos os fenómenos como o desemprego de longa duração, o consumo de substâncias psicoativas, a desestruturação familiar e o aumento das perturbações do foro mental. Acrescentou que o combate a este fenómeno é complexo, multifacetado e implica intervenções integradas, que é algo que têm procurado fazer, porque existe na população défices cumulativos em vários domínios da vida económica, cultural e social,

não podendo ser tratados isoladamente. Sublinhou que o NPISA Porto procura consolidar esta abordagem estratégica e holística de prevenção e intervenção na Cidade, centrada nas pessoas. Deu nota de que as principais dificuldades com que se defrontam no processo e trabalho para integração das pessoas em situação de sem-abrigo assentam nas questões de saúde mental, que continuam a ser o "parente pobre" da Medicina e dos Serviços de Saúde, em que urge que se aproxime na acessibilidade, no trabalho da prevenção e no tratamento da doença.

Referiu que, segundo a Organização Mundial da Saúde, a primeira causa da incapacidade deve-se a problemas de foro de saúde mental.

Disse que a Senhora Dr.^a Delfina Antunes abordou as questões de prevenção e está de acordo com as suas palavras, porque as pessoas em situação de sem-abrigo não são uma causa, são o efeito de um conjunto de problemáticas.

Afirmou que um problema que se coloca ao trabalho que é feito para a integração das pessoas está relacionado com a toxicodependência, considera que é necessário restabelecer e promover um verdadeiro programa nacional para uma doença que afeta não só os doentes, mas também as respetivas famílias, as comunidades e toda a sociedade.

Disse que a sala de consumo vigiado é um instrumento muito importante, pois permite o consumo assético e assistido e tem o mérito de aproximar os profissionais destes doentes e sensibilizá-los para o tratamento e encaminhamento para o mesmo.

Reforçou que é necessário trabalhar todas as questões ao nível da prevenção, que têm de ser muito integradas pois, tal como referiu o Senhor Presidente, esta é uma resposta financiada, no primeiro ano, exclusivamente pelo Município.

Considerou que têm de sensibilizar o Governo, pois é urgente que o Governo trate as questões da segurança e dos consumos localizados na Cidade de uma forma interministerial e que procure criar respostas robustas, pois só assim será possível atenuar e mitigar os problemas que atingem a Cidade.

A representante da DGEsTE – DSRN, Hália Grancho disse que as escolas têm feito um esforço e um acompanhamento muito próximo com todos os alunos; promovem uma cultura de segurança cívica; têm o apoio dos professores e do Programa Escola Segura, que tem um papel muito importante nos estabelecimentos de ensino. Acrescentou que as escolas têm psicólogos para orientar os alunos que se encontram em situações complicadas.

Referiu que as escolas são o espelho da sociedade como tal o que acontece no exterior reflete-se no interior das escolas.

Afirmou que, como representante da Educação, quer dizer que estão a fazer tudo para proteger os alunos.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que é verdade que era necessária uma maior articulação entre os vários Serviços do Estado Central que dependem do Governo e que

têm competências que os municípios não podem ter, como o caso da proteção e segurança; os municípios não têm essas competências por questões constitucionais, com as quais concorda.

Referiu que naquelas que são as competências dos municípios é importante que estratégias como a que existe para os sem-abrigo, os restaurantes solidários e a sala de consumo vigiado, tenham espelho noutros municípios. Acrescentou que se verifica, com números, que existe uma migração destas populações para o Porto, pois na Cidade existe uma resposta ao contrário de outros locais. Sublinhou que esta situação agrava os problemas de isolamento destas pessoas, porque perdem completamente a rede familiar.

Disse que a Comunicação Social está sempre a questionar o Município do Porto sobre a entrada em funcionamento da sala de consumo assistido, mas não fazem essa pergunta aos municípios vizinhos e não só, onde também existem problemas graves. Sublinhou que estes problemas não são apenas das Cidades do Porto e de Lisboa.

A Presidente da Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Rapazote agradeceu todo o trabalho e articulação que tem sido feita com a CMP através do Programa "Porto Cidade sem Droga", do Programa de Consumo Vigiado e também através do fornecimento de viaturas para a polícia. Agradeceu também a articulação que tem sido feita entre a Junta a PSP e a PM.

Disse que existem zonas em Ramalde onde há consumo de drogas em espaço público, nomeadamente perto de escolas.

Referiu que, em Ramalde, nos últimos anos, têm assistido a uma diminuição do número de esquadras da polícia. Considerou necessário um reforço dos efetivos nas esquadras para que estes se possam deslocar nos carros patrulha e dar alguma visibilidade ao trabalho que tem sido feito na Freguesia de Ramalde.

Realçou o trabalho fantástico que tem sido feito em Lordelo do Ouro, Massarelos e também no Centro Histórico, onde já se consegue perceber uma diferença bastante significativa.

Afirmou que é necessária uma alteração à lei para que haja uma outra atitude perto das escolas e estabelecimentos de saúde.

Foi dado conhecimento.

3. Insegurança urbana percecionada: condutas criminais emergentes e sua correlação com a insegurança urbana e o evitamento espacial.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a segurança é um capital transversal, pois promove o bem-estar, a inclusão e potencia uma atmosfera propícia à criação de emprego, estabilização e fixação de empresas. Afirmou que é a segurança que garante a liberdade individual e a liberdade coletiva.

Deu nota de que Portugal ocupa o sexto lugar no Global Peace Index, onde já ocupou o terceiro lugar em 2017, ou seja, Portugal desceu três posições num período relativamente curto. Disse

que, apesar de ainda estarem no top 10, não se pode ignorar que existe uma tendência para o aumento da criminalidade violenta e da criminalidade grave, e, na sua opinião, devem refletir sobre esta circunstância. Afirmou que não se deve esperar para estar no vigésimo ou vigésimo quinto lugar para só nesse momento tentar socorrer, pois mais tarde estes fenómenos são muito difíceis de reverter.

Disse que a sensação de insegurança que a população tem e que não era repercutida nos números, neste momento, os números começam a fazer crer que a população tem razão.

Considerou que mais grave do que a criminalidade é o desenvolvimento do sentimento de insegurança, que estigmatiza espaços e quase reclusos os moradores para os interiores das suas casas, porque o espaço público deixa de ser o prolongamento da habitação para se transformar num espaço a evitar. Disse que é preciso que os espaços inclusivos continuem a ser espaços seguros.

Registou, com particular preocupação, a recorrência de crimes praticados contra as pessoas com recurso a armas brancas, principalmente, desde o início da pandemia, fenómeno que está evidenciado nas notícias. Afirmou que esta situação os deve preocupar porque estavam a caminhar no bom sentido; relembrou o Centro Histórico no início do século, que era um local perigoso onde as pessoas tinham medo de andar. Sublinhou que atualmente a Cidade tem mais pessoas e mais atividades, mas as pessoas sentem-se mais inseguras.

Disse que existem relatos de acontecimentos na via pública com quase impunidade que, transmitidos pelas redes sociais e pela Comunicação Social, criam um sentimento de insegurança nas pessoas.

O representante da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Cruz disse que, na pós-pandemia, o comportamento social das pessoas mudou e quando mais precisam da polícia nas ruas é quando não há polícia devido à falta de elementos, como foi dito pelo Superintendente-Chefe da PSP, Magina da Silva.

Sublinhou que a CMP fez um excelente trabalho ao entregar viaturas à PSP e ao delegar a competência do trânsito à PM. Afirmou que as pessoas vivem com medo e deixaram de acreditar na polícia porque ligam para a polícia devido ao barulho, aos desacatos, à violência, às ameaças e a polícia não tem elementos suficientes para enviar ao local.

Disse que há polícias que trabalham consecutivamente e que sentem que não são valorizados e ficam desmotivados para fazer o seu trabalho.

Deu nota de que a 9.^a Esquadra, uma esquadra importante no coração da Cidade do Porto, perdeu 24 elementos no ano transato. Acrescentou que o Senhor Ministro da Administração Interna considera que o problema será resolvido com as câmaras de videovigilância. Na sua opinião, as câmaras são uma opção, mas não conseguem, por exemplo, controlar um grupo de jovens que passou os últimos anos fechado em casa.

Abordou a questão dos gangues nas grandes cidades, dizendo que tem conhecimento de relatos de comerciantes que foram ameaçados e obrigados a pagar um valor para não terem problemas com esses grupos.

Deixou uma pergunta para o Senhor Ministro da Administração Interna: “no pós-pandemia com a Sociedade a ter um comportamento desvirtuoso não deveriam existir mais elementos policiais nas ruas e acautelar certas situações antes das mesmas acontecerem?”.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a videovigilância é uma iniciativa da CMP, será paga pela CMP, mas decorre na tutela da PSP, que é a única entidade que tem competência nesta matéria.

Concordou que a videovigilância não substitui a presença policial, mas complementa-a de uma forma muito efetiva, no sentido de prevenir e também de remediar situações.

Sublinhou que as experiências que tem decorrido com a videovigilância são muito úteis na prevenção. Disse que as pessoas ao tomarem conhecimento de que existe videovigilância tornam-se menos disponíveis para cometer certos atos de vandalismo ou de ataque a outras pessoas.

Afirmou que a videovigilância é um instrumento muito importante para conter os comportamentos de gangues e os comportamentos isolados, pois grande parte da criminalidade violenta é criminalidade isolada.

O Presidente da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Nuno Cruz agradeceu o esforço que está a ser feito pela CMP com as câmaras de videovigilância, que considera serem uma grande ajuda, no entanto, a falta de efetivos é a sua grande preocupação.

Foi dado conhecimento.

4. Segurança juntos de áreas de diversão noturna. Policiamento remunerado.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que a diversão noturna no Porto encontra várias dinâmicas desde a década de 90; houve a transição da Ribeira para a zona industrial e da zona industrial para a zona da Movidá e isto é normal acontecer nas cidades. Disse que existe um histórico negro e lembrou o caso da Noite Branca, em 2007.

Referiu que o diagnóstico que têm na Movidá é o da existência de um conjunto de atividades que são marginais, como a presença de um elevado número de indivíduos que vendem drogas falsas e o problema é a ausência de legislação relativamente a esta situação, ou seja, não existe legislação que permita à polícia intervir. Afirmou que não compreende esta lacuna na Legislação, que existe noutros países. Sublinhou que é urgente haver instrumentos legais que permitam uma ação por parte da polícia.

Mencionou que existem relatos de turistas, nas redes sociais, que afirmam que a venda de droga é feita livremente na Movidá, o que leva a entender que não é apenas droga falsa. Referiu que é demasiadamente fácil aceder à venda de droga em espaço público na zona da Movidá.

No que diz respeito ao policiamento remunerado, disse que enquanto este existiu não houve incidentes; quando este deixou de existir começou a haver problemas, o que significa que este tipo de policiamento é útil. Referiu que a Associação de Bares e Discotecas da Movidá do Porto, representada pelo Miguel Camões, já afirmou que está disponível para pagar o policiamento remunerado e a CMP também está disponível, transitoriamente, para ajudar a pagar, mas a PSP tem vindo a recusar esta situação. Acrescentou que não entende por que razão esta situação não se resolve.

Disse que se verifica uma “pré-pandemia” e uma “pós-pandemia” no que se refere à ocupação do espaço público e a vivência do mesmo.

Afirmou que, neste momento, já há pessoas que dizem que vão deixar de frequentar a Movidá e, qualquer dia, vai acontecer uma tragédia por não se querer resolver a situação.

O Presidente da Associação de Bares e Discotecas da Movidá do Porto, Miguel Camões

disse que a insegurança na zona da Movidá do Porto é uma realidade e é algo que se tem agravado nos últimos meses. Explicou que existem fenómenos que já se verificam há alguns anos e que os preocupam, deu o exemplo da alegada venda de estupefacientes nas ruas da Movidá do Porto; e existem fenómenos pós-pandemia, deu o exemplo do número crescente de pessoas que adquirem bebidas alcoólicas em lojas de conveniência ou em supermercados e que fazem a sua festa nas ruas, comportando-se de forma agressiva para com as pessoas que circulam nas ruas.

Referiu que, há uns anos, existia um problema de carteiristas e, neste momento, existe um problema de assaltos violentos, de arma branca, que tem crescido de semana para semana. Afirmou que o problema destes fenómenos, que geram insegurança, é o facto de estarem a crescer constantemente.

Disse que estão convencidos que o policiamento remunerado e gratificado resolveria a quase totalidade dos problemas mencionados, deu como exemplo a experiência de 2 anos em que tiveram policiamento gratificado na zona da Movidá do Porto com alto grau de eficiência e eficácia. Referiu que, neste momento, pode haver numa rua 50 indivíduos a vender estupefacientes de uma forma agressiva para com os locais e para com os turistas.

Afirmou que a PSP sempre se mostrou disponível para o policiamento remunerado, portanto, não consegue entender como é que não é possível colocá-lo em prática, sobretudo, quando existem cerca de 30 estabelecimentos dispostos a assumir os custos integrais do policiamento gratificado. Disse que tinham um plano para colocar cerca de 18 agentes em 3 ruas da zona da Movidá do Porto, como situação-piloto, e se corresse bem essa experiência poderiam alargá-la a outras zonas como a Rua de Passos Manuel, uma rua em que considera importante a presença policial.

Na sua opinião, existe alguma falta de vontade ou alguma situação mais ideológica, pois se existe capacidade de colocar policiamento gratificado e remunerado em eventos desportivos e em espetáculos, não entende como é que não existe essa mesma capacidade para a zona da Movida do Porto.

Considerou que é necessário sensibilizar o Governo e perceberem que todos ganhariam com esta situação.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira concordou com as preocupações do Presidente da Associação de Bares e Discotecas da Movida do Porto.

Disse que sempre que acontece um evento desportivo a PSP entende que deve existir policiamento gratificado debitando-o à CMP; quando decorrem obras do metro do Porto, que criam perigosidade em determinadas artérias para os transeuntes, a Metro do Porto requer e a PSP propicia policiamento gratificado na via pública. Perguntou por que razão, neste caso, o Senhor Diretor Nacional da PSP não quer reconhecer que na zona da Movida do Porto, atendendo às circunstâncias e ao número de agentes disponíveis da PSP, é absolutamente imperioso encontrar uma solução.

Afirmou que o Município do Porto concorda com a Associação de Bares e Discotecas da Movida do Porto e está disponível para disponibilizar verbas. Acrescentou que o policiamento gratificado em vários eventos que decorrem na Cidade é já assegurado através da Empresa Municipal Ágora. Disse que não é com unidades móveis ou não móveis que se resolve esta situação, por esta razão não o viram aderir ao princípio das unidades móveis.

Afirmou que têm vindo a defender formalmente, em reuniões com a PSP, com o Ministro da Administração Interna e com a Senhora Secretária de Estado, que, neste momento, há um risco iminente na zona da Movida do Porto, que pode ser resolvido ou atenuado com policiamento gratificado. Acrescentou que não consegue compreender uma visão distorcida do policiamento gratificado para umas situações e não para outras. Sublinhou que o Município deve ser ouvido na questão da perigosidade. Realçou que não se vão calar relativamente a esta matéria.

Salientou que a situação da Movida atualmente é muito diferente de há 3 anos.

Disse que, no âmbito das suas competências, a PM tem atuado no que diz respeito ao ruído e a CMP tem confiscado equipamentos sonoros que têm sido colocados na Cidade e que incomodam os moradores.

Abordou a questão do consumo de álcool na via pública, dizendo que Amesterdão, por exemplo, definiu que as pessoas não podem consumir nem circular com álcool na via pública em determinadas zonas da Cidade, algo que considera que é imperioso que aconteça na Cidade do Porto.

Disse que, durante a pandemia, foi adotado um conjunto de medidas restritivas que fizeram com que as pessoas alterassem os padrões de consumo e, neste momento, as pessoas vão para a noite já munidas de álcool comprado nos supermercados. Sublinhou que esta atividade causa

incómodo aos moradores, provoca danos à economia legalizada e tem consequências sobre a proteção e segurança.

Afirmou que, neste momento, a CMP não tem instrumentos para implementar medidas e existe, atualmente, uma divergência entre aquilo que é a perceção dos cidadãos daquelas que são as competências municipais e a efetiva competência municipal que lhes é conferida por lei.

Sublinhou que não querem ter competências na área da proteção e segurança, mas há matérias, como a das atividades económicas conexas, que não podem ser resolvidas através de leis simplificadas que abrangem todo o País pois cada cidade é uma cidade e dentro das cidades existem territórios diferentes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sebastião Azevedo considerou evidente o aumento da violência organizada.

Relativamente à questão do policiamento remunerado, disse que no Serviço Nacional de Saúde há milhares de horas pagas pelo trabalho extraordinário pois não há profissionais de saúde suficientes; em relação à Polícia, considerou que se se verifica falta de efetivos e de visibilidade por parte da polícia, um pagamento de policiamento remunerado seria equivalente ao pagamento de horas extraordinárias.

Afirmou que existe uma enorme preocupação relativamente ao problema da segurança.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira disse que, na sua opinião, existe, atualmente, um número insuficiente de agentes da PSP, pelo menos no Porto, e aquilo que é dito pelo Ministro da Administração Interna é que quando se compara o número de agentes existentes em Portugal com outros países, como Espanha, Itália ou Alemanha, em Portugal há muitos mais agentes. Referiu que no Porto não existe seguramente policiamento suficiente. Disse que é provável que as incumbências atuais da PSP sejam muito diferentes daquelas que são as incumbências das polícias nesses países.

Afirmou que o número de efetivos na Cidade do Porto é manifestamente insuficiente e quando se pretende recrutar agentes da PSP para a PM, para se voltar a ter o número de polícias municipais necessário, não há disponibilidade. Sublinhou que sabem que, em poucos anos, terão um quarto do número necessário de agentes. Disse que não podem resolver este problema mas se existir alguma forma de mitigar as consequências da falta de agentes da PSP e se sabem que os parceiros e a CMP assim o entendem, esta é uma matéria sobre a qual não se devem calar.

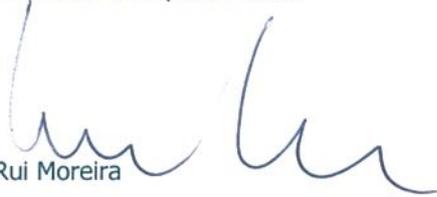
Foi dado conhecimento.

O Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira agradeceu a presença de todos.

Deu nota de que será convocado, nos próximos dias, um Conselho Restrito, seguindo os critérios legais e farão chegar a ata da presente reunião ao Senhor Ministro da Administração Interna.

Nada mais havendo a tratar, pelas onze horas e quarenta e cinco minutos, o **Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira** deu por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CMP, Rui Moreira.

O Presidente da Câmara Municipal do Porto


Rui Moreira

ANEXO I

Lista de Presenças



Conselho Municipal de Segurança
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)
Reunião ordinária, de 06/10/2022
Lista de Presenças

Página 1 de 3

| Entidade | Representante | Assinatura |
|--|--|------------|
| Câmara Municipal do Porto | Rui de Carvalho de Araújo Moreira | |
| Pelouro da educação e Pelouro da Coesão Social | Fernando Paulo Ribeiro de Sousa | |
| Pelouro Saúde e Qualidade de Vida, Juventude e Desporto; Pelouro dos Recursos Humanos e Serviços Jurídicos e Proteção Civil | Ana Catarina da Rocha Araújo | |
| Assembleia Municipal do Porto | Sebastião Feyo de Azevedo | |
| União Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde | José Floro Ramos | |
| Junta de Freguesia de Ramalde | Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar | |
| Junta de Freguesia de Bonfim | Maria da Graça Cunha da Costa Gualter de Vasconcellos Alves | |
| União Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória | Nuno Filipe Teixeira da Cruz | |
| Presidente da Junta de Freguesia de Campanhã | Paulo Jorge Pinto Ribeiro | |
| Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos | Luís Miguel Seabra de Freitas | |
| União der Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos | Luís Manuel Noura Grabulho | |
| Ministério Público | Maria Madalena Pereira de Azevedo | |
| Polícia Judiciária do Porto | Manuel Santos | |



Conselho Municipal de Segurança
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)
Reunião ordinária, de 06/10/2022
Lista de Presenças

Página 2 de 3

| | | |
|---|---|--------------------------------|
| Comando Metropolitano da PSP do Porto | Paula Peneda <i>Silvia Loureiro</i> | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| GNR - Comando da Guarda Nacional Republicana do Porto | António Duarte Rodrigues Lobo de Carvalho | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Direção Regional do Norte do SEF | Armindo Pires | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Polícia Municipal do Porto | António Manuel Leitão da Silva | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil | Carlos Eduardo Saraiva Marques | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Bombeiros Voluntários do Porto | José Carlos da Silva Coelho | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social | Rui Brito e Cunha Leite de Castro | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Associação Empresarial de Portugal | Gonçalo Lencastre Medeiros | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Associação Comercial do Porto | Nuno Botelho | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Associação de Comerciantes do Porto | Anabela Barbato | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| DGEsTE - DSRN | Hália Grancho | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Administração Regional de Saúde do Norte, IP | Delfina Antunes | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| Centro Distrital do Porto do Instituto de Segurança Social, IP | Margarida Mogadouro | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género | Nuno Gradim | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| CPCJ de Porto Central | Margarida Fernandes | <i>[Handwritten Signature]</i> |
| CPCJ de Porto Oriental | Márcia Barbosa | <i>[Handwritten Signature]</i> |



Conselho Municipal de Segurança
(Lei n.º 33/98, de 18 de julho)
Reunião ordinária, de 06/10/2022
Lista de Presenças

Página 3 de 3

| | | |
|---|---|--|
| CPCJ de Porto Ocidental | Henário Nove João Paulo Gonçalves | |
| UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta | Ilda Maria Rodrigues Afonso Raquel Rodrigues Teles | |
| IMT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes | Jorge Cardoso | |
| IFR – Instituto de Investigação e Formação Rodoviária | Ronaldo Otero | |
| ANSR – Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária | Maria José Espada | |
| APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima | Carla Ferreira | |

ANEXO II

Apresentação Senhor Vice-Presidente Filipe Araújo – “Estratégia de redução de riscos e de higienização de espaços no âmbito do projeto ‘Porto Cidade sem droga’”.



Porto, Cidade Sem Droga | Enquadramento

- **Âmbito**

O projeto consiste na recolha de resíduos no âmbito de pessoas sem-abrigo e/ou relacionadas com o consumo de estupefacientes.

- **UO's associadas**

- Departamento Municipal de Espaços Verdes e Gestão de Infraestruturas (DMEVGI)
- Polícia Municipal do Porto (PM)

- **Local**

Em todo o Município do Porto, com especial foco nas seguintes áreas: Pasteleira, Lordelo do Ouro e Aleixo.



Porto, Cidade Sem Droga | Locais mais frequentes

- Rua de Diogo Botelho (junto à bomba da BP)
- Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres (artérias envolventes)
- Rua da Senhora da Ajuda, 75 fr (capela)
- Ciclovia da Rua Paulo da Gama
- Muro de Serralves, mata da Pasteleira e envolventes
- Rua de Alfredo Keil 53 (jardim)
- Entrada da VCI sentido norte-sul junto à Rua António Bessa Leite
- Rua de S. João do Porto 116
- Rua de Grijó S/N c/ Rua do Orfeão do Porto ltr 221
- Zona envolvente do antigo Bairro do Aleixo



Porto, Cidade Sem Droga | Início e evolução

- **Início:** outubro de 2018, com uma equipa reduzida e apenas uma ação semanal
- **Atualmente:** Intervenções todos os dias da semana (segunda a domingo)
 - **Sábados:**
 - Reservados para recolha de objetos de maior dimensão (tendas, barracas, etc.), com maior número de colaboradores alocados
 - Os locais a visitar constam na lista enviada pela PM, na sequência da ronda efetuada
 - **Restantes dias:**
 - Recolha de resíduos menores e potencialmente contaminados
 - São destacados três colaboradores do DMEVGI e usados contentores especializados para o acondicionamento de resíduos contaminados
 - Os locais são, habitualmente, os mesmos (onde a produção de resíduos potencialmente contaminados é praticamente diária)



Porto, Cidade Sem Droga | Intervenções

- O número de intervenções corresponde ao número de locais específicos que são visitados.
- Aos sábados, o número de locais varia de acordo com a lista enviada pela PM e com a quantidade de resíduos encontrada nesses locais, que pode prolongar a limpeza num determinado local.
- Quando são detetados locais onde se prevê a necessidade de reforço de recursos, esses locais são objeto de agendamento independente do circuito habitual.
- Todos os dias, a equipa que efetua a limpeza é acompanhada por agentes da PM, de modo a salvaguardar a segurança dos colaboradores.



Porto, Cidade Sem Droga | Meios utilizados

- Carrinha de caixa aberta para o transporte dos resíduos
 - Aos sábados (quando o volume de resíduos expectável é maior), poderão ser acionadas duas equipas (ou seja, duas carrinhas) e, se necessário, o apoio de um camião.
- Viatura de acompanhamento (Encarregado)
- Pinça apropriada para a apanha dos resíduos mais pequenos (cortantes ou perfurantes, como seringas), bem como contentores apropriados para o acondicionamento deste tipo de resíduos



Porto, Cidade Sem Droga | EPI's utilizados

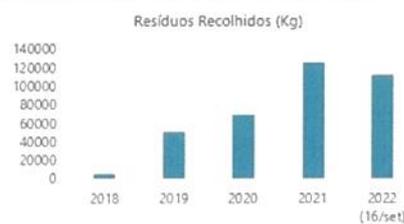
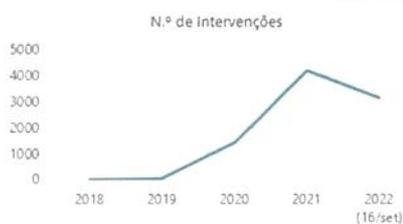
- Máscara de proteção FFP2
- Luvas cirúrgicas
- Luvas de proteção específicas para trabalhar com material perfurante (por cima das luvas cirúrgicas)
- Fato de proteção descartável



Porto, Cidade Sem Droga | Indicadores

| Ano | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 (16/set) | TOTAL |
|--------------------------|------|--------|--------|---------|---------------|---------|
| N.º de Intervenções | 7 | 58 | 1 437 | 4 195 | 3 170 | 8 867 |
| Resíduos Recolhidos (Kg) | 4860 | 51 380 | 69 110 | 126 010 | 112 540 | 363 900 |

Valor correspondente a 89% dos resíduos recolhidos em 2021. Com base neste valor, prevê-se a recolha de 158 880 Kg até ao final de 2022.



- *Dashboard* com dados em tempo real no [Portal de Gestão da CMP](#)





ANEXO III

Apresentação Senhora Vereadora Catarina Araújo – Programa de Consumo Vigiado

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA

reunião 6 outubro 2022



Programa de Consumo Vigiado (PCV)

ESPAÇO PARA CONSUMO VIGIADO AMOVÍVEL

Programa de Consumo Vigiado (PCV) | Origem

 2017

Por iniciativa do Município do Porto, foi solicitado ao ISPUP um estudo sobre o uso de substâncias psicoativas ilícitas na Cidade: cerca de 847 consumidores (IC 95%)

Particular afluência:

- Bairro da Pasteleira Nova
- Bairro de Pinheiro Torres
- Zonas adjacentes



PCV | Origem



2018

Criação de grupo de trabalho (ARS Norte) constituído por profissionais de saúde de diversas áreas e níveis de cuidados, com o objetivo de apresentar uma **proposta de intervenção integrada para a cidade**, nomeadamente na **zona de proximidade aos locais de maior afluência** identificados no estudo



2019

Anúncio público do apoio do Município à implementação de um PCV na cidade (Presidente da Câmara, Sessão de Abertura 26ª [Harm Reduction International](#) | Abril, Porto)



PCV | Origem



2020

Assinatura de **Protocolo de Colaboração**:

- Município do Porto
- ARS Norte
- Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências
- Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social

Define os termos da colaboração a estabelecer entre as partes para **criar condições para implementação, operacionalização e monitorização** de um PCV no município do Porto



PCV | Origem

 2020



- **1ª fase** (1 ano: fase piloto): **unidade amovível (UA), financiada pela CMP, operada e gerida por entidade (ou consórcio de entidades) cuja finalidade estatutária inclua a luta contra a toxic dependência, escolhida a partir de um processo de candidatura para atribuição do referido financiamento**
- **2ª fase** (se **avaliação técnica favorável** da fase piloto): abertura de procedimento pelo SICAD, para financiamento do programa, ampliado com uma unidade móvel (UM) para consumo vigiado (custos com aquisição a cargo da CMP)

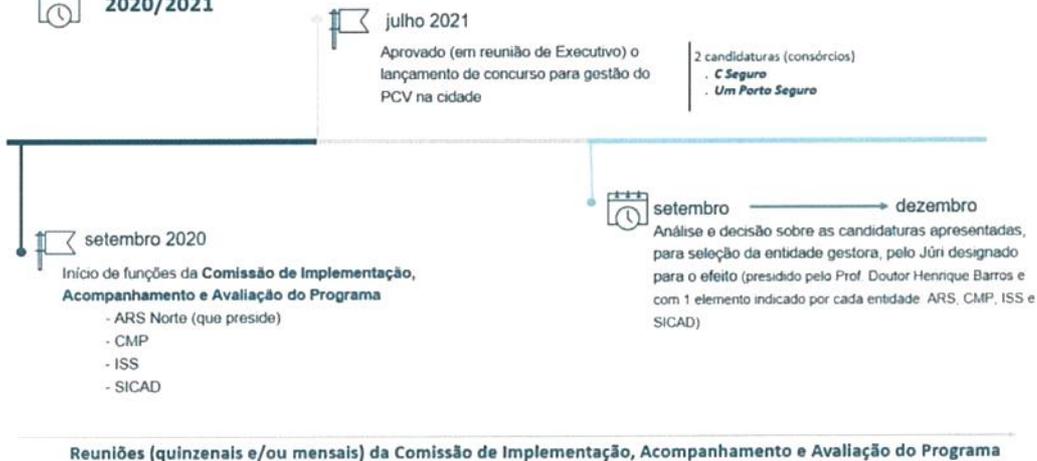
Investimento Municipal:

- 400 mil € para financiamento operação (270 mil € na fase piloto)
- 67.250,70 € preparação do local e infraestruturação para implantação da UA
- 126.237,36 € locação da estrutura para UA
- aquisição de viatura para funcionamento da UM

cerca de **650 mil €**

PCV | Operacionalização do Projeto

 2020/2021



PCV | Operacionalização do Projeto



2022

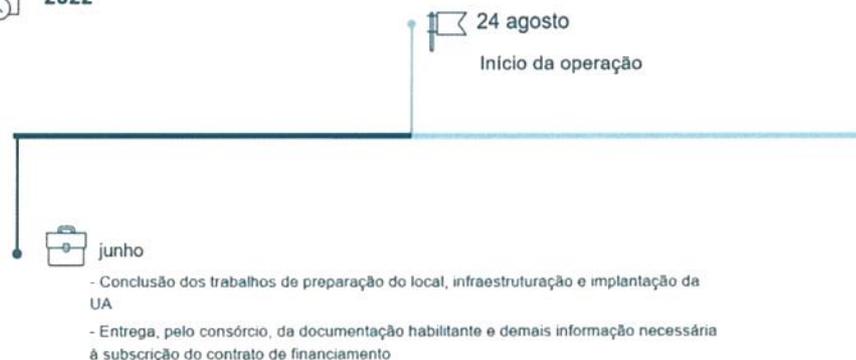


Reuniões (quinzenais e/ou mensais) da Comissão de Implementação, Acompanhamento e Avaliação do Programa

PCV | Operacionalização do Projeto



2022



Reuniões (quinzenais e/ou mensais) da Comissão de Implementação, Acompanhamento e Avaliação do Programa



SERVIÇOS PRESTADOS

Consumo Assistido / Vigiado
Apoio em **situações de emergência**/dose excessiva
Educação para a Saúde
Distribuição de Material Preventivo
Rastreios (VIH, Hepatites B e C, Sífilis)
Inquérito de Sintomas (Tuberculose)
Consulta Médica, Enfermagem, Psicologia, Serviço Social
Vacinação (Hepatites A e B, Gripe)
Referenciação (hospitalar, cuidados de saúde primários, respostas sociais, respostas integradas no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências)
Acompanhamento (Centro Diagnóstico Pneumológico, Hospital)



Para **potenciar articulação entre entidades**: promoção de reuniões (ex. entre ARS N, CMP, líder do consórcio e estruturas de saúde da cidade - ACoS e Centros Hospitalares)



FUNCIONAMENTO E RH

10h por dia / 7 dias por semana: horário 10h - 20h
Equipa (prevendo faltas, impedimentos e substituições):

- Em permanência:
 - 2 enfermeiros
 - 1 técnico psicossocial
 - 1 educador de pares
 - 1 auxiliar de limpeza
 - 1 vigilante
- A tempo parcial/ apoio:
 - 1 assistente social (7h/ semana)
 - 1 psicólogo (7h / semana)
 - 1 médico (4H/semana)

PCV | Monitorização

- Recolha dos indicadores (definidos pela Comissão de Implementação, Acompanhamento e Avaliação do Programa - CIAAP)
- Findo cada trimestre → relatório trimestral de execução do Programa (a entregar à CIAAP) → dados consolidados previstos para final novembro / início dezembro 2022



PCV | *Objetivos / mais valias*



- Criar um ambiente digno, seguro e higiénico de consumo
- Melhorar a acessibilidade e a adesão aos serviços de saúde
- Reforçar a integração entre os serviços de saúde e sociais
- Sensibilizar/encaminhar para tratamento

